



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

PROCESSO	CEESP-PRC-2023/00081
INTERESSADA	Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra"
ASSUNTO	Curso de Especialização em Direitos Humanos e Segurança Pública no Brasil; Alteração no Projeto Pedagógico e Adequação à Deliberação CEE 197/2021 e Autorização para abertura de 08 turmas
RELATORA	Consª Iraíde Marques de Freitas Barreiro
PARECER CEE	Nº 521/2023 CES "D" Aprovado em 04/10/2023 Comunicado ao Pleno em 11/10/2023

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

A Coordenadora Geral de Pós-Graduação da Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" por meio do Ofício 04/2023, protocolado em 17/03/2023, solicita deste Conselho alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Segurança Pública no Brasil, autorização para abertura de 08 turmas e, pelo Ofício 12/2023, encaminhada em 26/05/2023, adequação do Curso à Deliberação CEE 197/2021 – fls. 03/19

O Projeto Pedagógico foi protocolizado fora do prazo prevista pela norma vigente.

A AT baixou em diligência para a Escola apresentar o Projeto Pedagógico do Curso em atendimento ao § 2º do art. 27 da norma vigente – fls. 14. Atendida pelo Ofício 12/2023 – fls. 19. Nova diligência foi solicitada pela AT (Ofício 151/2023) para complementar o Projeto do Curso e reiterada pelo Ofício 182/2023 – fls. 62. Respondida por meio do Ofício 12/2023, com o reencaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso, entretanto, o Projeto não contempla alguns requisitos exigidos pela Deliberação, demandando da AT nova diligência – fls. 102. A instituição atende à diligência, e o Processo passa a ser examinado em atendimento à diligência- fls. 103.

Recredenciamento	Parecer CEE 249/2021, Portaria CEE/GP 419/2021, DOE em 30/11/2021, por cinco anos
Direção	Dr. Júlio Gustavo Vieira Guebert Não há processo de direção
Autorização do Curso	Parecer CEE 432/2010 – DOE em 22/10/2010
Alteração	Parecer CEE 339/2016 – DOE em 10/11/2016

Trata-se de alteração no horário de funcionamento, metodologia, monografia e avaliação.

1.2 APRECIÇÃO

A matéria está regulamentada pela Deliberação CEE 197/2021.

Em atendimento à diligência a Escola reapresentou o Projeto Pedagógico do Curso, nos termos do § 2º do art. 27 da norma vigente.

Justificativa

Ainda hoje, no Brasil e no mundo, se clama pela realização das atividades próprias de Segurança Pública, principalmente aquelas voltadas para as forças policiais, com respeito à dignidade da pessoa humana e, consequentemente, com respeito aos direitos humanos. São várias áreas da sociedade civil que emergem denunciando as práticas de violação de direitos tais como os da identidade sexual, gênero, crianças, idosos, policiais, entre outras, e que reclamam, por parte das vítimas e das organizações de proteção de direitos, a prevenção e/ou repressão de direitos violados.

O conhecimento e a aplicação dos ramos do Direito público (principalmente dos direitos constitucional, penal, processual penal e outros conexos) que compõem o sistema de proteção de direitos humanos e fundamentais do Brasil, associados às atividades estatais de segurança pública, irão capacitar os alunos para



analisar, detectar e intervir em situações limites (ou já concretizadas) de violações desses direitos fundamentais.

Os atores estatais das forças policiais poderão conhecer, com rigor científico, a teoria e a legislação nacional a respeito das atividades de segurança pública que lhe são afetas, além de conhecer seus limites de atuação e a dos demais agentes. Os agentes de instituições privadas de defesa dos direitos humanos, bem como, os profissionais de áreas afins interessados em desenvolver competências adequadas para lidarem com diversidades sociais poderão conhecer os caminhos legais de sua atuação, bem como os limites de atuação dos agentes estatais.

A realização do curso pela Academia de Polícia Dr. Coriolano Nogueira Cobra facilita as relações com outras instituições que compõem as forças de segurança pública, sistema de justiça criminal e sociedade civil (tais como Polícia Militar, Polícia Federal, Ministério Público, Poder Judiciário, Guardas Municipais, Defensorias Públicas, Procuradorias Jurídicas Municipais, Poder Legislativo, Organizações não governamentais, OAB etc).

Dessa forma, o Curso de Direitos Humanos e Segurança Pública no Brasil foi concebido para capacitar trabalhadores da área da segurança pública e militantes de direitos humanos (atores estatais ou não) para intervir com eficácia onde e quando houver violação ou ameaça de violação a direitos humanos.

Objetivos do Curso

Geral: capacitar trabalhadores da área da segurança pública e militantes de direitos humanos (atores estatais ou não) para intervir com eficácia onde e quando houver violação ou ameaça de violação a direitos humanos.

Específicos: fornecer uma compreensão ampla das temáticas contemporâneas de direitos humanos e segurança pública, proporcionando ao profissional (tanto no âmbito acadêmico quanto forense) subsídios científicos para seu enfrentamento e aplicação; proporcionar aos especializandos uma visão ampla e consistente das diversas temáticas contemporâneas que compõe os direitos humanos na sua conexão com a segurança pública; refletir sobre os temas que envolvem a reformulação de institutos e conceitos jurídico-penais, de um lado, e a reafirmação dos textos constitucionais, com os direitos e garantias fundamentais, de outro e, ainda, suas relações com as atividades ligadas à Segurança Pública, como atividade indelegável do Estado brasileiro; capacitar o especializando para analisar quaisquer situações conexas com os direitos penal, processual penal e criminologia sob a perspectiva dos direitos humanos e segurança pública; capacitar o especializando para a docência do ensino superior e para a realização de pesquisa científica relativa às áreas tema do curso.

Descrição do perfil profissional do estudante a ser formado

Os egressos serão capacitados para analisar quaisquer situações conexas com os direitos penal, processual penal e criminologia sob a perspectiva dos direitos humanos e segurança pública, para uma intervenção jurídica efetiva (se for o caso) uma vez que o curso foi planejado para que o aluno adquira uma compreensão ampla das temáticas contemporâneas de direitos humanos e segurança pública.

Dados do Curso

Horário de funcionamento	Diurno: de segunda até sextas-feiras, das 9h às 12h15min e das 13h30min às 16h45min, eventualmente aulas no período noturno
Carga horária	500 horas
Carga horária diária	6 horas/aula
Número de vagas	30 vagas, por turma
Período	Início em setembro de 2023, com previsão de término em abril de 2024

Público-alvo

Policiais (militares, civis, federais, bombeiros), agentes de segurança penitenciária, serventuários da justiça, gestores em segurança pública e de empresas de segurança privada, profissionais de instituições de defesa dos direitos humanos, bem como, os profissionais de áreas afins interessados em desenvolver competências adequadas para lidarem com diversidades sociais e de segurança, desde que portadores de diploma de graduação (em qualquer área do conhecimento).



Matriz curricular

As disciplinas eleitas para compor a matriz curricular deste curso estão presentes nas seguintes áreas temáticas da Matriz:

- I - Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública,
- II - Violência, crimes e controle social,
- III- Cultura e conhecimento Jurídico,
- VI- Comunicação e Informação e Tecnologias em Segurança Pública, e
- VII- Cotidiano e Prática reflexiva.

Matriz Curricular - Turmas V, VI, VII, VIII, IX, X e XI

Disciplinas	CH
Teoria Geral do Estado	30
Sistema de Segurança Pública no Brasil	30
Direitos Humanos	90
Políticas Públicas em Segurança Pública e Cidadania	30
Direito Constitucional aplicado à Segurança Pública	30
Sociologia do Crime e da Violência	30
Direito Penal e Processual Penal aplicados à Segurança Pública	30
Temas Específicos de Direitos Humanos e Segurança Pública	30
Metodologia da Pesquisa Científica	30
Didática do Ensino Superior	30
Total	360
Atividades Complementares	20
Orientação de Artigo	120
Total	500

Relação do Corpo docente - Turmas V, VI, VII, VIII

Docente	Titulação	Disciplina
Emerson Ghirardelli Coelho	Mestre em Direito – PUC/SP Graduação em Direito	Teoria Geral do Estado
Anderson Pires Giampaoli	Mestre em Derecho Probatorio en el Proceso Penal - Universitat de Barcelona, Espanha	Sistema de Segurança Pública no Brasil
Eduardo Augusto Paglione	Doutor em Direito – USP Graduação em Direito	Direitos Humanos
Ronaldo Augusto Comar Marão Sayeg-	Especialista em Polícia Judiciária e Sistema de Justiça Criminal Graduação em Direito	Políticas Públicas em Segurança Pública e Cidadania
Rafael Francisco Marcondes de Moraes	Mestre em Direito Processual – USP Graduação em Direito	Direito Constitucional aplicado à Segurança Pública
Oswaldo Evangelista Júnior	Especialista em Direito de Polícia Judiciária - Academia Nacional de Polícia Graduação em Direito	Sociologia do Crime e da Violência
David Pimentel Barbosa de Siena	Mestre em Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal do ABC Graduação em Direito	Direito Penal e Processual Penal aplicados à Segurança Pública
Aurora Vicentim Themer	Especialista em Direitos Humanos- USP Graduação em Direito	Temas Específicos de Direitos Humanos e Segurança Pública
Martha Luzia Mendonça Vergine	Mestre em Direito - Universidade Metropolitana de Santos Graduação em Direito	Metodologia da Pesquisa e Didática do Ensino Superior
Fernanda dos Santos Ueda	Doutora em Educação - Universidade de Sorocaba Graduação em Bacharelado em Direito	Atividades Complementares
Márcia Melchert Giudice	Especialista em Polícia Judiciária e Sistema de Justiça Criminal	Orientação de Artigo
Professor orientador dentre o corpo docente de mestres e doutores da Acadepol sob a Coordenação da Dra. Dra. Fernanda dos Santos Ueda		

Relação do Corpo docentes – Turmas VIII, IX, X e XI

Docente	Titulação	Disciplina
Vagner Bertoli	Mestre em Direito - Instituição Toledo de Ensino de Bauru Graduação em Direito	Teoria Geral do Estado
Tiago Antonio Salvador	Especialista em Direito Penal e Processual Penal- Escola Paulista de Direito Graduação em Direito	Sistema de Segurança Pública no Brasil
Eduardo Augusto Paglione	Doutor em Direito – USP Graduação em Direito	Direitos Humanos



Ronaldo Augusto Comar Marão Sayeg	Especialista em Polícia Judiciária e Sistema de Justiça Criminal Graduação em Direito	Políticas Públicas em Segurança Pública e Cidadania
Rafael Francisco Marcondes de Moraes	Mestre em Direito Processual – USP Graduação em Direito	Direito Constitucional aplicado à Segurança Pública
Anderson Pires Giampaoli	Mestre em Derecho Probatorio en el Proceso Penal - Universitat de Barcelona, Espanha	Sociologia do Crime e da Violência
Thiago Nemi Bonametti	Especialista em Direito Penal - Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo Graduação em Direito	Direito Penal e Processual Penal aplicados à Segurança Pública
Jaime Pimentel Júnior	Mestre em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos- Instituto Toledo de Ensino Graduação em Direito	Temas Específicos de Direitos Humanos e Segurança Pública
Martha Luzia Mendonça Vergine	Mestre em Direito - Universidade Metropolitana de Santos Graduação em Direito	Metodologia da Pesquisa e Didática do Ensino Superior
Thais Damasceno de Lima	Mestre em Economia - UNESP Graduação em Ciências Econômicas	
Arlindo José Negrão Vaz	Especialista em Polícia Judiciária e Sistema de Justiça Criminal-Academia de Polícia de São Paulo Graduação em Direito; Ciências Contábeis; Administração de Empresas	Atividades Complementares
Professor orientador dentre o corpo docente de mestres e doutores da Acadepol sob a Coordenação da Dra. Dra. Fernanda dos Santos Ueda		Orientação de Artigo

O Corpo docente apresentado para as turmas acima mencionadas atende à Deliberação vigente que prevê excepcionalidade para o docente especialista, desde que não ultrapasse 1/3 do total dos docentes do Curso, bem como o § 3º que estabelece que cada docente poderá lecionar apenas 1/3 das disciplinas e da carga horária previstas na matriz curricular do Curso.

Coordenador do Curso: Rui Baracat Guimarães Pereira, Mestre em Direito pela PUC/SP.

As ementas das disciplinas encontram-se nos autos de fls. 35 e segs.

Critérios de Inscrição e Seleção

A seleção do aluno para frequência no curso será por meio de apresentação de projeto com análise de comissão de professores ou ingresso mediante concurso público.

Exigência para a matrícula

As inscrições acontecerão conforme datas previstas em edital de abertura em formulário próprio, na Academia de Polícia.

O período para a comissão realizar a seleção e o período de matrícula será publicado em edital.

No ato da matrícula serão exigidas xerocópias legíveis de:

- documento de identidade com foto (RG, Carteira de Habilitação ou Passaporte);
- CPF;
- Comprovação de vínculo com os cargos previstos para o público-alvo; e
- diploma de curso de curso de graduação (frente e verso).

Avaliação de Aprendizagem

A avaliação da evolução da aprendizagem do aluno será realizada de forma continuada ao longo do curso, totalizando notas de 0 a 10, por meio de várias ferramentas:

- leitura, análise e apreciação pessoal dos textos programados (a serem entregues pelos alunos como parte das atividades programadas do curso);
- participação nas aulas e discussões em grupo;
- participação nas aulas práticas e nas análises das mesmas;
- trabalhos e provas teórico-práticos.

Metodologia

As aulas serão presenciais diárias, além de atividades complementares e pesquisa para elaboração de seu TCC, expositivas, dialogadas e os professores primarão pela utilização da conexão da teoria com a prática, por meio de ilustração das aulas com casos concretos, estudos de casos e de solução de problemas por meio de pesquisas e estudos dirigidos (a biblioteca da Academia de Polícia possui mais de 10.000 títulos



e, ainda, possui sala de informática para a pesquisa por meio de internet e rede sem fio que atende as salas de aulas, conexão com banda larga). Outro recurso didático que se pretende utilizar são filmes para análises e aplicação da teoria trabalhada. Como não é possível refletir e analisar temas de Segurança Pública no Brasil desligados de Direitos Humanos, estes serão tratados de maneira transversal aos temas conexos, que serão tratados de maneira interdisciplinar. Pretende-se, também, realizar, sempre que possível, simulações de situações para a aplicação prática dos conhecimentos trabalhados em sala de aulas.

Aulas presenciais diárias, além de atividades complementares e pesquisa para elaboração de seu TCC.

Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso será em forma de Artigo Acadêmico, resultado de pesquisa sobre tema conexo com os do Curso. Sua formatação obedecerá ao Guia Básico de Elaboração de Artigo Científico do CESPC e as normas técnicas para normalização de trabalhos acadêmicos (estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas).

O aluno será orientado individualmente por professor que tenha titulação acadêmica e produção na área da pesquisa do aluno.

O Artigo acadêmico será digitado impresso, em mídia e, ainda, haverá a apresentação oral do trabalho perante uma banca examinadora que avaliará o trabalho escrito, a exposição oral. A arguição da banca será presidida pelo orientador e 3 avaliadores, facultada a presença de professor convidado externo ao corpo docente da ACADEPOL, respeitadas a titulação mínima (art. 5º, §1º e 2º da Deliberação CEE 197/2021). Será considerado aprovado, o aluno que obtiver nota mínima de 70 pontos.

Frequência e Média para aprovação

A frequência deverá ser de no mínimo 75% em cada disciplina, observando-se a carga horária individualizada. As notas serão de 0 a 100 devendo-se obter a nota mínima de 70 em cada disciplina.

Requisitos para obtenção do Certificado de Conclusão

Para a obtenção do certificado de conclusão do curso é necessário a frequência de, no mínimo, 75% da carga horária total, além da obtenção da nota mínima de 70 em cada disciplina e no TCC.

Número de funcionários administrativos disponíveis para o Curso

Serão disponibilizados 08 funcionários para o Curso em questão.

Considerações Finais

O Curso a ser ofertado pela Academia de Polícia Dr. Coriolano Nogueira Cobra busca facilitar as relações com outras instituições que compõem as forças de segurança pública, como o sistema de justiça criminal e sociedade civil (tais como Polícia Militar, Polícia Federal, Ministério Público, Poder Judiciário, Guardas Municipais, Defensorias Públicas, Procuradorias Jurídicas Municipais, Poder Legislativo, Organizações não governamentais, OAB, etc).

O Curso busca capacitar trabalhadores da área da segurança pública e militantes em direitos humanos atores estatais ou não) para intervir com eficácia onde e quando houver violação ou ameaça de violação a direitos humanos.

Será ofertado no período diurno: de segunda até sextas-feiras, das 9h às 12h15 e das 13h30 às 16h45, eventualmente aulas no período noturno, com início previsto para setembro de 2023, com previsão de término em abril de 2024.

2. CONCLUSÃO

2.1 Nos termos deste Parecer e com fundamento na Deliberação CEE 197/2021, toma-se conhecimento do Projeto do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Segurança Pública no Brasil, e da comunicação da nova turma, encaminhado pela Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra".

2.2 Autoriza-se a abertura de 08 turmas, com a oferta de 30 vagas por turma, com início previsto em setembro/2023 com previsão de término em abril/2024.



São Paulo, 29 de setembro de 2023.

a) Consª Iraide Marques de Freitas Barreiro
Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Bernardete Angelina Gatti, Décio Lencioni Machado, Eduardo Augusto Vella Gonçalves, Guiomar Namó de Mello, Hubert Alquéres, Marlene Aparecida Zanata Schneider Nina Beatriz Stocco Ranieri e Rose Neubauer.

Sala da Câmara de Educação Superior 04 de outubro de 2023.

a) Consª Rose Neubauer
Vice-Presidente da Câmara de Educação Superior

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO toma conhecimento, da decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de outubro de 2023.

Cons. Roque Theophilo Junior
Presidente

PARECER CEE 521/2023 - Publicado no DOESP em 17/10/2023 - Seção I - Página 67

